

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E SUBJETIVIDADE: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA LITERATURA¹

Letícia Dal Picolo Dal Secco-Oliveira. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (NUESTRA).

E-mail: le.dalpicolo@gmail.com

Rosemeire Aparecida Scopinho. Docente do PPGpsi da UFSCar. Coordenadora do NUESTRA.

E-mail: scopinho@ufscar.br

Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

GT4 – Articulação de catadores de resíduos e economia solidária

Este trabalho tem o objetivo de sistematizar a literatura sobre catadores de materiais recicláveis. Buscou-se produções de 2011 a 2015, em bases de dados nacionais, pelos termos “catador/es” e “reciclável/eis”, resultando 45 trabalhos. Foram analisados 9 artigos: 5 sobre catadores não cooperativados e 4 sobre cooperativados. Os primeiros evidenciaram que, além das condições de vida e trabalho precárias, do medo da exclusão econômica e de perda da autonomia, existe um potencial de organização e ação sustentado por motivações imateriais. Já os últimos, abarcando a economia solidária, salientaram que em meio as dificuldades de organização, existem possibilidades de valorização e transformação pela educação, articulação e parcerias. A elucidação das diferenças entre as duas condições contribui para a elaboração de futuras pesquisas nesta temática.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o surgimento tanto da economia solidária quanto do trabalho de catação de materiais recicláveis possui origens similares no que tange o mundo do trabalho. Ambos apareceram e intensificaram-se entre as décadas de 1980 e 1990, época de reestruturação produtiva e crises econômicas que ocasionaram mudanças nas relações de trabalho e aumento do desemprego.

As reestruturações produtivas caracterizam-se, basicamente, por uma transformação nos modelos de organização da produção. O período de reestruturação contemporânea iniciou-se no Japão, na década de 1950, e mais tardiamente em outros países, com a substituição dos modelos de produção fordista e taylorista pelo modelo toyotista, de características flexível e fragmentada (ANTUNES, 1995). Ela está associada à Revolução Técnico-Científico-Informacional, denominada também como Terceira Revolução Industrial, e à intensificação de políticas neoliberais, respaldo ideológico da reestruturação que defende a diminuição da regulação pública nas relações de trabalho.

¹ Este artigo é um dos resultados parciais da pesquisa de doutorado “Representações sociais de autonomia e autogestão: catadores de materiais recicláveis e apoiadores da Coopervida, São Carlos/SP”.

Antunes (2000), caracteriza esse novo modelo de organização da produção como vinculado às necessidades individualizadas dos consumidores, fundamentado em um trabalho operário em equipe, no qual o trabalhador possui funções multivariadas, e propiciador de um processo de trabalho flexível que diminui os direitos do trabalhador por permitir a contratação temporária e terceirizada. A diminuição dos postos de trabalho, mesmo com o aumento da produtividade, a precarização das relações de trabalho, pelo risco do desemprego, e a migração dos trabalhadores para o mercado informal, são alguns de seus impactos.

Veronese (2008) analisa que a reestruturação produtiva contemporânea resultou na perda de direitos sociais também de trabalhadores de postos formais, levando-os a buscarem formas de enfrentamento pela iminência da exclusão. Nesse sentido, observa-se impactos tanto no âmbito material quanto no subjetivo do trabalhador (ANTUNES, 2000).

No Brasil, essa reestruturação, foi percebida inicialmente na década de 1980 (LEITE, 2013), época de crise econômica e inflacionária que levou muitas empresas à falência, à diminuição de postos de trabalho e à intensificação do desemprego (SINGER, 2002a). Ocorreram, nesta década, iniciativas de organização de trabalhadores de empresas falidas em cooperativas, na tentativa de recuperá-las e manter os postos de trabalho.

Essas ações, ao longo do tempo, estreitaram-se aos ideais da economia solidária, termo introduzido no contexto brasileiro nos anos 1990, inspirados em preceitos de igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, contrários aos capitalistas, como cooperação, autonomia, gestão democrática (LAVILLE, GAIGER, 2009), defesa da propriedade coletiva ou associada, da liberdade individual, da distribuição de renda de forma igualitária e da solidariedade (GAIGER, 2004). Os sujeitos excluídos que não tiveram essa alternativa ou não aderiram a ela, engendraram-se no mercado informal de trabalho, no qual se encontra o trabalho de catação, na tentativa de gerar renda e manter alguma condição de subsistência.

O trabalho do catador caracteriza-se, então, como uma possibilidade e estratégia de superar uma situação de exclusão econômica e social, relacionada à intensificação da precarização e da exploração do trabalho, em meio à baixa quantidade ou falta de alternativa com a qual os sujeitos se deparam, seja pela baixa escolaridade, pela falta de capacitação profissional ou pela falta de vagas no mercado formal de trabalho.

A precariedade desse trabalho e a exploração sofrida, podem ser exemplificadas pelo seu cotidiano de trabalho e sua relação com outros sujeitos da cadeia de resíduos recicláveis. Os catadores têm longas e exaustivas jornadas de trabalho, carregando

diariamente toneladas de materiais, sujeitos às intempéries e aos diversos acidentes e doenças em meio à coleta de recicláveis nos lixões e/ou nas ruas. Ao final, eles vendem os resíduos coletados aos chamados atravessadores que possuem recursos, bens e meios de produção para armazenagem e processamento e que pagam um valor bem inferior ao preço do mercado. Tais atravessadores, na prática, lucram com o trabalho do catador ao repassar os resíduos para as grandes indústrias (PEREIRA, 2010; PEREIRA, SECCO, CARVALHO, 2014).

A condição de existência dos catadores é demarcada por três aspectos: o primeiro, voltado para a dimensão material, designado pela desigualdade social; o segundo, referente à injustiça social, pelo impacto da falta de ética caracterizada pela discriminação, pelo preconceito e pela criação de estereótipos que a sociedade atribui a essa população; e o terceiro, demarcador do sofrimento psíquico, que diante à condição de exclusão, faz com que o indivíduo possua sentimentos tais como de culpa, tristeza, medo e vergonha (MIURA, SAWAIA, 2013). Prevalendo, no mundo do trabalho contemporâneo, um modo de ser individualista que limita as afetividades e a preocupação com os sentidos do outro, as pessoas culpabilizadas pela sua situação de vulnerabilidade e desemprego, encontram suas possibilidades de escolha reduzidas pelas determinações sociais (SAWAIA, 2014).

Ao passo que a origem da catação, as condições que a acompanham e as consequências subjetivas relacionam-se negativamente às condições de vida do trabalhador, o aumento da atividade de catação coincide com o crescimento da indústria dos recicláveis. Isso ocorre pelo aumento na geração de resíduos sólidos pela sociedade em geral, como resultado do crescimento populacional e incentivo ao consumo, decorrentes do modelo econômico vigente (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004). Tanto é que o aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos é colocado como uma das alternativas de superação das altas taxas de desemprego, já que sua destinação adequada possibilitaria a inclusão social de catadores, a geração de renda e a consideração conjunta de aspectos ambientais, sociais e econômicos (GONÇALVES, 2004; BATISTA, OLIVEIRA, SECCO-OLIVEIRA, 2016). Os catadores são, então, considerados um elo fundamental entre a cadeia dos resíduos recicláveis e as possíveis soluções dos problemas relacionados ao consumo exagerado, instigado por um mercado que visa o aumento de seus lucros.

Com o desenvolvimento da economia solidária no Brasil e a apropriação de sua proposta por diversas instituições, como Igreja Católica, sindicatos, organizações não-governamentais (ONGs), universidades e instituições governamentais, e tendo ela como

formato de organização primordial as cooperativas, desenvolveu-se um esforço para organizar os catadores sob os seus princípios, vislumbrando melhores condições de trabalho e geração de renda. Ao mesmo tempo, houve um processo de fechamento dos lixões que acarretou aos municípios uma questão econômico-social relacionada aos catadores que lá trabalhavam e que iriam perder sua fonte de renda. Essa situação tencionou os governos municipais a procurarem soluções, ao mesmo tempo que mobilizou diversos setores sociais imbuídos com a perspectiva de uma inclusão econômica e social desses catadores que fosse garantida pelas Prefeituras Municipais.

Buscando superar esses entraves relacionados à cadeia de reciclagem, muitas cooperativas de catadores encontram-se alinhadas aos princípios da economia solidária, sendo criadas com o objetivo de humanizar e formalizar o trabalho no contexto da gestão de resíduos sólidos (GUTIERREZ, ZANIN, 2013). Para Singer (2002b, p. 89), sendo a cooperativa “[...] uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e desenvolvimento da autoajuda e ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores”, ela possibilitaria vantagens aos catadores organizados, abarcando tanto fatores econômicos, quanto políticos pela potencialização da luta dos catadores por seus direitos.

Sendo o espaço de trabalho essencial para a constituição subjetiva do sujeito por favorecer a construção de sentidos socialmente mediados (VERONESE, 2008), nas OES existiria uma dificuldade por parte dos trabalhadores em significar essa nova forma de organização, já que suas vivências trazem uma cultura de organização heterogestionária e de valores capitalistas (VERONESE, 2009), bem como de exclusão desse sistema.

Barreto e Paula (2009) problematizam que isso ocorre pelas OES não serem iniciativas ideológicas, conforme observa-se no caso de algumas fábricas recuperadas, apesar das cooperativas preconizarem a livre adesão. Em outro sentido, Vietez e Dal Ri (2011) e Sawaia (2014), defendem que em momentos de crise, as pessoas, ao questionarem-se, podem promover essas iniciativas, ainda que elas não constituam a ideologia dos sujeitos em um primeiro momento. Eles possuem condições de apropriar-se da natureza das OES e de sua potencialidade política, constituindo uma possibilidade potencializante de enfrentamento das situações de exclusão e de suas adversidades.

Essa possibilidade de enfrentamento das situações de exclusão existe pela perspectiva de que ela depende subjetivamente dos processos de interação dos sujeitos.

[...] pessoas interagem para definir objetivos e para construir os meios para atingi-los, como constroem regras, rotinas e procedimentos num contexto conformado por duas ordens de realidade: de um lado pelo fato

de as pessoas terem suas histórias de vida, suas expectativas e visões de mundo e também suas necessidades materiais particulares de sobrevivência [...] (SATO, 1999, p 220).

Compreender as subjetividades produzidas pelos catadores, cooperativados ou não, na prática, torna-se importante para avaliar os limites e as potencialidades dos modos de enfrentamento das adversidades ocasionadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Assim, delineou-se como objetivo desse artigo sistematizar a literatura sobre catadores de materiais recicláveis, focando produções acadêmicas resultantes de pesquisas empíricas. Acredita-se na contribuição de seus resultados, a partir do estado da arte da literatura produzida, para a compreensão e aprimoramento desses modos de enfrentamento.

MÉTODO

Foram realizadas buscas em bases de dados nacionais de diversas universidades, bem como, e com destaque, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que abrange diversos bancos de dados, dentre os quais do Portal de Teses da CAPES, do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO).

As buscas abarcaram trabalhos que atendessem a determinadas palavras-chave combinadas, selecionados pela leitura dos resumos e definição de alguns para leitura aprofundada. Priorizou-se produções da área da Psicologia, porém, pela contribuição da interdisciplinaridade para o desenvolvimento de uma área de conhecimento específica, considerou-se também trabalhos de outras áreas que utilizassem abordagens subjetivistas.

A busca foi realizada no primeiro semestre de 2016, por trabalhos dos últimos cinco anos (2011 a 2015). As palavras-chave combinadas de busca foram “catador”, “catadores”, “reciclável” e “recicláveis”. Foram encontrados 45 trabalhos, sendo selecionados nove para leitura aprofundada: Dias, Cherfên, Raupp, Milnitisky-Sapiro (2014); Coelho, Godoy (2011); Maciel, Matos, Borsoi, Mendes, Siebra, Mota (2011); Pereira, Silva, Mello, Oliveira, Silva (2012); Miura, Sawaia (2013); Ghinozi, Mendes (2014); Magni, Günther (2014); Pereira, Secco, Carvalho (2014); Braga, Lima, Maciel (2015).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Alguns trabalhos relativos a catadores não cooperativados (BRAGA et al, 2015;

DIAS et al, 2014; PEREIRA et al, 2012; MIURA, SAWAIA, 2013; MACIEL et al, 2011), relataram o sofrimento vivenciado por eles pela precariedade de suas condições de trabalho e vida e a existência de sentimentos como culpa, insegurança e exaustão. A adesão deles a esse trabalho não foi uma escolha, mas a única alternativa percebida para propiciar o sustento da família. Constataram também a influência que os sentidos atribuídos externamente ao trabalho realizado possuíam sobre a constituição identitária dos sujeitos e seus modos de enfrentamento. Esses sentidos ocasionaram aos catadores, um sentimento de inferioridade e uma identificação com os restos com os quais trabalhavam, caracterizados como sujos e malcheirosos. Os sentimentos positivos, relacionavam-se à sensação de se sentir útil e produtivo, contrapondo a consideração de que ocupantes das ruas são mendigas e ladrões.

Os trabalhos com catadores cooperativados (COELHO, GODOY, 2011; MAGNI, GÜNTHER, 2014; GHINOZI, MENDES, 2014; PEREIRA, SECCO, CARVALHO, 2014), indicaram que a parceria com o poder público e o acesso às políticas públicas contribuíram para o desenvolvimento da autogestão e de sentimentos solidários, mesmo concorrendo com a competitividade do mercado da reciclagem e enfrentando dificuldades diversas. Perceberam também que o trabalho significava valorização social, além de renda, e que o interesse e dedicação dos trabalhadores, aliados a parcerias e processos educativos, contribuíram com a construção desse significado.

Essas pesquisas ressaltam os constrangimentos enfrentados pelos catadores não cooperativados, ainda que criem estratégias de negação e que essas estratégias transformem as adversidades em ações potencializantes. Elas destacam também a função de enfrentamento das condições estruturais e simbolicamente precárias que a organização desses trabalhadores em cooperativas encadeia, observando-se algumas condições que envolvem o acesso a políticas públicas, o estabelecimento de parcerias e a organização de processos educativos como meios de superação de estigmas e elaboração de novas relações.

A diversidade de sentidos atribuída à catação é bem apresentada na pesquisa de Porto, Junca, Gonçalves e Filhote (2004, p. 1509) que, investigando os catadores de um aterro sobre os sentidos que atribuíam ao seu trabalho, encontraram respostas como “[...] meio de sobrevivência, possibilidade de conquistar uma independência, forma de distração e de fazer amigos, modo de se sentir útil, único jeito de conseguir as coisas honestamente”. No mesmo sentido, Cavalcante e Franco (2007), detectaram estratégias defensivas dos catadores em relação ao seu trabalho, minimizando, negando, dissimulando e

compensando em suas respostas os problemas vivenciados e que os fizeram sentir-se vulneráveis, sem acesso a direitos e sem reconhecimento.

Braga et al (2015), em pesquisa similar, confirmaram a existência de condições de trabalho exaustivas e renda instável, que resultaram em um sentimento contínuo de insegurança, além de aspectos de sofrimento relacionados à injustiça social vivenciada. Para esses sujeitos, o trabalho de catação tornou-se um fardo, já que ele não foi uma escolha, mas sim a única alternativa de gerar renda para a família, pelo fato de serem idosos. Mesmo não possuindo acesso aos direitos trabalhistas, os catadores tinham o sonho de aposentar-se. Ao mesmo tempo, atribuíam um sentido importante ao trabalho do catador para a sociedade.

Dias et al (2014), encontraram resultados similares. Buscando compreender as representações sociais de catadores sobre o seu trabalho e moradia, uma região de ocupação próxima ao centro de Porto Alegre, a Vila Chocolatão, na qual concentravam-se catadores, dentre outros trabalhadores informais, destacaram questões relativas às percepções externas da sociedade e a importância do vínculo territorial e dos governos considerarem a realidade dos catadores na elaboração de políticas públicas.

Os catadores consideravam como fator positivo, apesar de apontarem não ter outra opção viável de trabalho, a autonomia que possuíam em definir seus horários de trabalho, ao mesmo tempo que intempéries e outras condições das vias públicas atrapalhavam sua execução e rendimento. Muitas vezes, eles estabeleciam vínculos com doadores de recicláveis, com os quais precisavam cumprir obrigações relacionadas aos horários e dias estabelecidos para a retirada dos recicláveis nos locais. Eles utilizaram suas representações sobre outros trabalhos para valorizar o da catação em termos econômicos, destacando, por exemplo, que os catadores possuíam uma remuneração maior que a dos professores.

Indicando desconhecer uma lei municipal que visava proibir a circulação de carrinhos e carroças no centro da cidade, eles associaram como possíveis resultados de sua aplicação, a intensificação da miséria e da criminalidade pela decorrente impossibilidade de as pessoas gerarem renda a partir desse trabalho, perante essa lei. Eles manifestaram desamparo frente à situação, destacando a baixa escolaridade e a situação de exclusão vivenciada como cerceadores de suas escolhas frente a eminência de não poderem mais realizar o seu trabalho.

Representantes da Prefeitura Municipal propuseram que os catadores aderissem a alguma cooperativa para continuar no trabalho de catação, mas a aversão que eles sentiam a esta possibilidade, os fez rejeitar a proposta. Em suas representações, a adesão à

cooperativa resultaria em perda de autonomia pela mudança nas horas trabalhadas e diminuição da renda pela distribuição igual de valores entre pessoas com diferentes ritmos de trabalho.

Em relação à comunidade em que viviam, ainda que fosse uma apropriação ilegal do espaço público, eles se consideravam donos de suas casas, ao mesmo tempo que reconheciam suas moradias como “de favor”, por estarem em um terreno do governo municipal ou por tê-las adquirido por meio de donos de depósitos. Havia uma proposta municipal de transferir essa comunidade para outro local, a contragosto dos moradores, pela distância que ficariam do centro e pelos possíveis conflitos com catadores que já trabalhavam nesse novo território. Ao mesmo tempo, a preocupação dos donos de depósitos recaía na previsão de existir apenas um galpão de reciclagem no novo território.

Em suma, nas entrevistas, a mudança significava perda de referências, aumento da violência e incerteza quanto à própria sobrevivência. Questões como a fome, a miséria e retorno às ruas figuravam como possíveis consequências do reassentamento (DIAS et al, 2014, p. 198).

Esta mudança proposta não foi construída de forma participativa e a comunicação com o poder público era irregular, ilustrando a desconsideração da importância da participação popular na construção das políticas públicas. O sentido que os catadores atribuíam a essa mudança, referia-se ao desconforto estético da população e dos governantes, e não à conscientização sobre o trabalho do catador, resultando em uma descrença no poder público e um sentimento de insegurança em relação ao futuro.

Mantém-se a falta de ações regulares e integradas de órgãos públicos responsáveis por ações nas áreas da saúde, habitação, urbanismo e educação. Ainda, os vinte anos de existência da comunidade culminaram apenas com a transferência para uma região fora do perímetro urbano, praticamente inviabilizando a manutenção dos precários vínculos de trabalho e fonte de renda; exacerbando, assim, seu “não lugar” à exposição e reprodução de violência e vulnerabilidade social (DIAS et al, 2014, p. 199).

A intenção da pesquisa foi mostrar o sufoco das vozes em interação de uma comunidade e contribuir para o encaminhamento de políticas públicas que considerem as representações e necessidades da população, bem como inferir algumas consequências de políticas impositivas na vida das pessoas, quando não existe preocupação em conhecê-las.

Em outra pesquisa sobre representações sociais, Pereira et al (2012) focaram catadores de um aterro sanitário que manifestaram sentimentos relacionados aos restos, atribuídos ao teor do trabalho realizado e às condições de trabalho e vida que possuíam,

como realizando o manuseio de restos e vestindo roupas rasgadas e malcheirosas. Isso resultou em um sentimento de inferioridade e uma consequente marginalização social.

Segundo os autores, houve um processo de alienação desses catadores pela sua consideração acerca de como são vistos pelos outros, resultando um sentimento de estranhamento ante a repulsa social. Suas identidades foram construídas em meio à dialética da relação indivíduo-sociedade, que resultou em uma invasão da identidade subjetiva do sujeito catador pela identidade socialmente atribuída a ele, a qual é estabelecida a partir dos conhecimentos difundidos e aceitos socialmente.

Suas representações associavam-se aos sentimentos de serem similares a mendigos ou bandidos, ocasionado pela reação de medo que as pessoas possuíam em relação a eles e que as levavam a tratarem-nos como seres impessoais.

Em relação ao trabalho no aterro, os catadores sentiam-se incluídos pela organização junto aos outros catadores, a qual permitia a manutenção de uma ordem e uma lógica próprias e um sentimento de inclusão no trabalho, ainda que a exclusão imposta socialmente também fosse sentida por eles, propiciando-lhes uma insegurança sobre o trabalho desenvolvido.

Além do desamparo sofrido tanto em função do desprezo e alienação da sociedade, quanto na falta de condições humanas de trabalho, os catadores se sentem desprotegidos na catação de lixo pelos vários riscos a que se submetem para sobreviver (PEREIRA et al, 2012, p. 42).

Este trabalho expressou a insegurança e a desesperança sentidas pelos catadores desorganizados em relação ao futuro, pelo sentimento de desamparo social vivenciado.

Em outra pesquisa de cunho subjetivo, Miura e Sawaia (2013) partiram da consideração do catador, sob uma perspectiva sociológica, relacionando-o ao processo de inclusão perversa de pessoas excluídas e que não possuem outro lugar na sociedade, e sob uma perspectiva psicossocial, desvelando o sentido de que o trabalho do catador é um modo digno e legítimo de obtenção de renda pela diferenciação de 'ladrões' que ele os propicia.

As autoras discorreram que as ambiguidades de ser catador contidas nestas considerações mereciam ser averiguadas pelo viés do sofrimento que esse trabalho propicia em relação à vivência de situações de discriminação, preconceito, problemas de saúde e dificuldades de constituir um projeto de vida. Isso, pela importância que as condições de trabalho e vida possuem para compreensão dos significados para além da sobrevivência que a catação pode possuir, enquanto ocupação.

Elas utilizaram conceitos de afetividade, sentimento e emoção para tratar dessa questão, relacionando o primeiro à totalidade de afetos que a existência humana possui e que é constituída de sentimento e emoção, o segundo às sensações de prazer e desprazer, e o terceiro a uma afetividade intensa e temporária relativa a um objeto específico.

As autoras desvelaram que um sentimento considerado imobilizador pelos catadores era a vergonha de precisar tornar-se catador, carregando um significado construído socialmente de negatividade e favorecedor de comportamentos submissos, já que o catador censurava a si mesmo em relação ao que ele reconhecia como sendo o olhar do outro. O sofrimento atribuído à vivência cotidiana desse trabalhador devém de sua situação social, da desigualdade e do sentimento de inferioridade construído.

Os catadores mostraram dois grandes blocos de emoções tristes: um derivado do medo da esperança; e o outro derivado do medo da censura, que significa humilhação, vergonha, pudor, culpa. Tudo isso sedimenta e concretiza o preconceito. No entanto, o medo da esperança é menor do que o medo de não trabalhar, não criar e não expandir. Além de também ser menor que a lembrança de situações muito mais padecedoras (MIURA, SAWAIA, 2013, p. 336).

Para Miura e Sawaia (2013), mesmo diante de sentidos negativos, os catadores mobilizavam-se por uma potência de ação em busca da realização de seus desejos. Quando eles encontravam em outras pessoas a possibilidade de uma união que condizia com suas ideias, a ação tornava-se mais potencializada, levando os sujeitos a continuarem agindo, mesmo quando não conseguiam atingir seu objetivo final, já que o trabalho possuía outros sentidos além da finalidade econômica. Os ganhos imateriais, como o reconhecimento, decorriam da realização dos desejos dos sujeitos.

Reciclar-se é sair da depressão, da despotencialização, e tornar-se potência de ação. O catador sai da negatividade para entrar na positividade social, tendo e criando sua função, que atualmente está sendo valorizada. Reciclar é mudar a função de algo sem perder sua essência (MIURA, SAWAIA, 2013, p. 336).

Segundo as autoras, não é viável reduzir o trabalho a algo somente includente ou excludente. Seria necessário compreender os seus momentos diferenciados, que podem levar à potência ou ao padecimento, à ruptura ou à cooperação, e os sentidos atribuídos a ele, bem como as diversas motivações que os produzem.

Maciel et al (2011), trabalhando com a história de vida de catadores também não cooperativados, perceberam que eles associavam o trabalho do catador a situações de humilhação e trabalho pesado, considerando-o como única alternativa de geração de renda,

além do recebimento de benefícios sociais, aposentadorias e pensões próprias ou de outros familiares. Ao mesmo tempo, eles sentiam o preconceito das pessoas relacionado ao seu trabalho, bem como incluíram esse olhar do outro na construção de sua imagem sobre si.

Os sentimentos positivos desencadeados pelo trabalho de catação relacionaram-se à sensação de sentir-se útil e produtivo e à sensação física de agilidade. Esses sentimentos adquiriram uma importância tão significativa na vida desses sujeitos, que auxiliaram na superação de características econômicas do trabalho, como o fato da renda ser baixa.

Os catadores mais jovens tinham como sonho a inserção no mercado de trabalho formal, com carteira assinada e salário fixo. Porém, esse sonho esbarrava em sua baixa escolaridade, que se caracterizou como impeditivo para a realização de trabalhos que estavam entre seus objetivos, como zelador, policial e empacotador de supermercado.

As conclusões desse trabalho ressaltaram mais uma vez a desesperança na possibilidade de condições melhores de vida e a desigualdade e exclusão social vivenciadas como limitantes do acesso a direitos básicos e do desenvolvimento pessoal dos sujeitos, além da importância da atribuição social de sentidos sobre eles.

Coelho e Godoy (2011) trabalharam com a trajetória de inserção de catadores de rua em cooperativas, tendo como foco o processo organizativo da Cooperativa de Trabalho de Coleta, Processamento de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (Cooperlários), da Região Metropolitana de Campinas.

Os autores destacaram que a OES pesquisada surgiu da ação conjunta entre catadores e Prefeitura Municipal. A motivação inicial da Prefeitura, foi organizar os catadores para realizar a coleta seletiva e melhorar o saneamento de um bairro, bem como de gerar emprego e renda, o que delineou uma motivação econômico-instrumental que escolheu o cooperativismo como meio de atingir o seu objetivo. Durante o processo de organização da Cooperativa, foi possível aos catadores identificarem-se com o trabalho e a proposta, resultando em seu engajamento no desenvolvimento da organização, além de apoiarem-se em parcerias para garantir esse processo.

Mesmo a Cooperativa tendo nascido de uma iniciativa externa, alinhada a princípios cooperativistas, os cooperados relataram ter desenvolvido a capacidade de argumentação e participação, um sentimento de preocupação com o próximo, e uma capacidade de organização coletiva relativa. Além disso, sentiam-se identificados com o trabalho e com os princípios solidários que caracterizavam sua organização.

Os autores concluíram que a organização solidária é potencial a propiciar condições objetivas e subjetivas favorecedoras de uma transformação econômica focada no ser

humano, influenciando positivamente a vida social e política de seus associados, principalmente quando são incentivadas e respaldadas por políticas públicas.

Destaca-se que o processo de organização dos catadores com parceria governamental e respaldo político, desencadeou sentimentos diversos aos dos catadores não organizados.

Considerando os estudos sobre cooperativas, Magni e Günther (2014) realizaram uma pesquisa para avaliar os processos de autogestão da Coopamare, entre 2006 e 2010.

Em relação ao significado do trabalho para os catadores, eles consideravam-no como um meio de valorização social, e não somente uma fonte de renda, o que para os autores é essencial, em termos de princípios cooperativistas, para que as organizações sobrevivam. Porém, eles perceberam a dificuldade dos cooperados em manterem os princípios da autogestão em meio a uma atividade econômica inserida em um mercado tão competitivo, ao mesmo tempo que, partindo de um momento de crise em 2006, houve um crescimento no número de cooperados, no valor da renda dos catadores e no número de parcerias.

Ghinozi e Mendes (2014) fizeram uma pesquisa junto à Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas (Ascampa), a partir de uma demanda dirigida ao Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins (NESol/UFT) para a constituição de uma cooperativa. Não tendo condições de atender à demanda, propuseram-se a trabalhar com um grupo de discussão, formado pelos catadores, que visava resgatar um sentimento de coletividade. Foi criada a ‘Clínica Psicodinâmica da Cooperação’, no intuito de ‘dar voz’ aos trabalhadores e potencializar a mobilização subjetiva coletiva sobre as regras do espaço de trabalho.

Eles observaram que nesse início de organização do grupo, havia uma centralização do poder decisório e uma baixa participação dos associados. Conforme o grupo apresentou maior disponibilidade em participar da atividade, os catadores passaram a expor suas fragilidades e sofrimentos relacionados ao trabalho, o que os autores consideraram como condição essencial para possibilitar a ocorrência de mudanças.

Com o desenvolvimento das atividades, o sofrimento apresentado tornou-se uma possibilidade criativa e mobilizadora de mudanças no espaço de trabalho e na vida pessoal dos catadores, conforme Miura e Sawaia (2013) perceberam junto aos catadores não cooperativados. Como resultados, os autores indicaram um processo de transição de uma gestão centralizada para uma coletiva, apesar de que ainda estava em construção.

Pereira et al (2014) relataram em seu artigo os processos realizados em busca do

avanço de catadores de materiais recicláveis do Oeste Paulista na cadeia produtiva dos resíduos recicláveis. Elas observaram que uma dificuldade de articulação em rede dos catadores, era o desinteresse dos sócios em participar dos espaços coletivos de decisões.

Contudo, na Cooperativa articuladora do processo de trabalho em rede, um núcleo de aproximadamente 20 pessoas que estava na organização desde o seu início, além de possuir uma participação mais engajada tanto ao cotidiano de trabalho quanto junto às questões políticas que envolviam a organização, incentivava a participação dos outros sócios nas decisões, bem como nos espaços educativos existentes no cotidiano de trabalho.

As autoras destacaram o apoio constante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, campus de Assis/SP (Incop Unesp Assis), além da parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal e Igreja Católica, representada pela Cáritas Diocesana, como essenciais para garantir a estruturação física dessa Cooperativa, que seria a sede de uma futura rede de comercialização, bem como para organizar os espaços educativos no ambiente da Cooperativa, importantes para auxiliar a promoção de consciência do catador sobre o seu trabalho, principalmente quando acontecia “de catador para catador”. Todas as organizações de catadores participantes dessa rede eram caracterizadas como OES.

CONCLUSÕES

As pesquisas discutidas ilustram alguns dos interstícios dos impactos ocasionados pelo desenvolvimento econômico e social do país, acompanhado das reestruturações produtivas e das conseqüentes mudanças das relações de trabalho.

Em discussões sobre crises, desemprego, exploração, exclusão, luta pela sobrevivência, muitas vezes, não são reconhecidos os significados expressos no cotidiano das pessoas que os vivenciam, por exemplo, como esses processos são percebidos pelas pessoas a partir de suas singularidades, como eles desdobram-se nas ações cotidianas dos sujeitos, e quais são suas conseqüências negativas e suas potencialidades enquanto reflexo em suas nas condições de vida.

As situações vivenciadas pelos catadores não cooperativados de variados locais, em variadas situações, são similares em termos de origens, condições e impactos na vida e nas relações desses sujeitos com o mundo e com a sua ocupação. Ao mesmo tempo, os estigmas interiorizados pelos sujeitos, reforçados pela legitimação social percebida pelos

catadores, acompanha-os nos processos que possibilitam a organização de seu trabalho, transformando-se em ações positivas em termos pessoais e de trabalho, ou limitando o entendimento dos sujeitos em relação a essa nova possibilidade, o que, conseqüentemente, também cerceia suas escolhas e ações.

As potencialidades de transformação subjetiva das OES são indiscutíveis, já que mesmo os autores que enxergam essas iniciativas como uma nova forma de exploração do trabalhador e manutenção das desigualdades econômicas e sociais, consideram que o desejo e o engajamento dos sujeitos podem desencadear novas formas de ver o mundo e de agir. Porém, os contextos e as relações externas com diversos tipos de apoiadores, considerando o modo de seu estabelecimento, destacaram-se como necessárias para engrenar essas transformações e desenvolver as potencialidades disponíveis.

O fato de uma OES de catador ter origem exógena ou endógena não é suficiente para determinar se ela é ou não legítima em termos de organização e princípios. Apesar dessa origem guiar algumas características de desenvolvimento e auxiliar na compreensão de sua história pelos contextos vivenciados, as potencialidades emancipatórias das OES dependem de como os sujeitos catadores assimilam e negociam suas subjetividades, entre si e com a sociedade, acerca de suas condições e vivências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção na lógica cooperativista, **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 2, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/CTK8s4>. Acesso em: 14 set. 2018.

BATISTA, T. A.; OLIVEIRA, J. A.; SECCO-OLIVEIRA, L. D. P. D. A gestão de resíduos sólidos como instrumento de promoção social, **Linguagem Acadêmica**, v. 6, n. 3, p. 9-28, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/Uj22eA>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRAGA, L. P.; LIMA, D. M. A.; MACIEL, R. H. “Não Tinha Trabalho, mas Tinha Reciclagem”: Sentidos do Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 4, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/sP2pBU>. Acesso em: 14 set. 2018.

CAVALCANTE, S.; FRANCO, M. F. A. Profissão perigo: Percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu, **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 1, n. 7,

p. 211-231, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/a6MCpF>. Acesso em: 14 set. 2018.

COELHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **RAP**, v. 3, n. 45, p. 721-749, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/vVzgbL>. Acesso em: 14 set. 2018.

DIAS, B. C. C.; CHERFÊN, V. P. R. F.; RAUPP, L. M.; MILNITISKY-SAPIRO, C. Representações sociais de papeleiros acerca do Trabalho e moradia: o caso da vila chocolate. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. esp., p. 193-200, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/UmR1cB>. Acesso em: 14 set. 2018.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GHINOZI, L. D.; MENDES, A. M. Mobilização de um coletivo de catadores: prática em Clínica Psicodinâmica da Cooperação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 2, p. 206-223, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/biW5dy>. Acesso em: 14 set. 2018.

GONÇALVES, R. S. **Catadores de materiais recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde** (Dissertação de Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil, 2004. Disponível em: <https://goo.gl/noK42F>. Acesso em: 14 set. 2018.

GUTIERREZ, R. F.; ZANIN, M. A relação entre tecnologias sociais e economia solidária: um estudo de caso em uma cooperativa de catadores de resíduos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 129-148, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/PyRmue>. Acesso em: 14 set. 2018.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LEITE, M. L.; ARAÚJO, A. M. C.; LIMA, J. C. **O trabalho na economia solidária: entre precariedade e emancipação**. São Paulo: Annablume, 2013.

MACIEL, R. H.; MATOS, T. G. R.; BORSOI, I. C. F.; MENDES, A. B. C.; SIEBRA, P. T.; MOTA, C. A. Precariedade do trabalho e da vida de catadores de recicláveis em Fortaleza, CE. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 63, n. esp., 2011. Disponível em: <https://goo.gl/WQrKb3>. Acesso em: 14 set. 2018.

MAGNI, A. A. C.; GUNTHER, W. M. R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 146-156, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/D4HJyp>. Acesso em: 14 set. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 brasileira: ações prioritárias. Brasília: MMA, 2004. Disponível em: <https://goo.gl/jfT94U>. Acesso em: 14 set. 2018.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e Potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, v. 2, n. 25, p. 331-341, 2013. Disponível em:

<https://goo.gl/Qu2KqJ>. Acesso em: 14 set. 2018.

PEREIRA, A. C. L. **Os catadores de materiais recicláveis: trajetórias e travessias** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, São Paulo, Brasil, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/pR5B8u>. Acesso em: 14 set. 2018.

PEREIRA, A. C. L.; SECCO, L. D. P. D.; CARVALHO, A. M. R. A Participação das Cooperativas de Catadores na Cadeia Produtiva dos Materiais Recicláveis: perspectivas e desafios. **Psicologia Política**, v. 14, n. 29, p. 171-186, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/T58Eu6>. Acesso em: 14 set. 2018.

PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A. S.; MELLO, F. P. M.; OLIVEIRA, D. C.; SILVA, M. A. S. Representações sociais dos catadores de um aterro sanitário: o convívio com o lixo. **Psicologia: teoria e prática**, v. 14, n. 3, p. 34-47, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/x8FEs2>. Acesso em: 14 set. 2018.

SATO, L. “Djunta Mon”: O processo de construção de organizações cooperativas. **Psicologia USP**, v. 10, n. 2, p. 219-225, 1999. Recuperado de: <https://goo.gl/KcUWnU>.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

VERONESE, M. V. **Psicologia Social e Economia Solidária**. Porto Alegre: Idéias & Letras, 2008.

_____. Subjetividade, trabalho e economia solidária, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 153-169, 2009. Recuperado de: <https://goo.gl/1FZeJG>.

VIETEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho Associado: Cooperativas e Empresas de Autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.